

## **PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL**

### **INFORMAÇÕES GERAIS**

#### **APRESENTAÇÃO**

Partimos da premissa de que a necessidade de ordenação da cidade para resolver os problemas advindos da intensa urbanização ocorrida a partir da Revolução Industrial tornou necessária a criação de medidas de limitação e regulamentação de direitos individuais, em benefício da coletividade, as quais se materializaram, dentre outras formas, em diversas normas jurídicas a respeito da ocupação do solo, da organização do transporte e serviços públicos, do saneamento e da limitação da propriedade, constituindo tais matérias o objeto do Direito Urbanístico.

Nesse sentido, RODRIGUES (2017) ensina que existem três características necessárias para se construir o conceito de Direito Urbanístico:

Disciplina que objetiva exercer uma atividade de harmonização dos conflitos que advém do uso e ocupação do solo, através da ponderação dos interesses aí identificados;

disciplina caracterizada por uma função pública;

disciplina que tem como instrumento principal de atuação o planejamento urbano (p. 72).

O seu campo de atuação é a defesa de interesses difusos, ou seja, a preservação, a manutenção do meio ambiente é uma matéria por si só abstrata, ela visa o interesse difuso, isto é, o destinatário é indeterminado, não temos como identificar quem será aquele que irá se beneficiar com uma política saudável de proteção ambiental.

A preocupação do direito ambiental é com o homem, com a figura do ser humano. O aspecto social do direito ambiental cresceu muito a ponto de não CRFB, art. 200 quando fala no sistema único de saúde diz competir, além de outras atribuições, colaborar com a proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. Há uma relação entre o direito ambiental e o direito do trabalho.

Portanto, o curso visa proporcionar ao participante a capacitação profissional necessária para atuação em consultorias e assessorias ambientais e urbanísticas especializadas, nas áreas cível, administrativa e penal, em processos administrativos e judiciais, habilitando-o também a ministrar aulas e palestras em empresas, organizações e cursos superiores.

Exige-se a qualificação dos profissionais ligados ao Direito, deve sustentar-se em novos fundamentos e constituir-se fator de liderança do processo de desenvolvimento humano e de formação para a cidadania. Evidentemente, esse profissional necessita estar permanentemente em qualificação, e em vista disso, oferecemos o curso em questão, objetivando esta formação, com base em um corpo docente qualificado e nas condições estruturais da Instituição.

## OBJETIVO

Promover a capacitação de bacharéis em Direito e profissionais em áreas que se relacionem diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito Ambiental, objetivando o desenvolvimento da Ciência Jurídica e da interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano nas áreas do Direito Ambiental e Urbanístico.

## METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online ou semipresencial, visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com momentos presenciais e atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. Assim, todo processo metodológico estará pautado em atividades nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Código	Disciplina	Carga Horária
4840	Ética e Cidadania	60

## APRESENTAÇÃO

Conceituação de ética e de cidadania em seus diferentes aspectos. Implicações culturais associadas à cidadania e ética. Diferenciação entre ética e moral. Exigências individuais e sociais da cidadania. Panorama nacional e regional da realidade sobre a questão dos direitos humanos. Análise dos principais problemas relacionados à ética, cidadania e direitos humanos no campo social, político, econômico e cultural. O respeito à diferença, à questão de raça e etnia. Ética, direitos humanos e violência. Ética, política e cidadania. Dilemas do mundo político contemporâneo. Ética e sociedade globalizada. Ética e cidadania na sociedade tecnológica. Ética, cidadania e trabalho: problemas atuais da profissão (aspectos éticos, de mercado e futuro da profissão). Código de ética do profissional da área.

## OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por finalidade exercer papel interdisciplinar na formação de todo e qualquer profissional, abordando a ética e a cidadania sobre vários aspectos na educação, nas relações interpessoais e no mundo do trabalho.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Diferenciar os conceitos de ética e moral.
- Demonstrar o conceito de ética social e sua relação com a ética política
- Distinguir e compreender como o conceito de ética tem sido utilizado na sociedade contemporânea.
- Explicar os estudos sobre diversidade cultural, étnica, religiosa e de gênero.
- Interpretar as questões éticas e a relação com os princípios de cidadania na sociedade tecnológica.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## **UNIDADE I – CONCEITOS FUNDAMENTAIS SOBRE ÉTICA E CIDADANIA**

FUNDAMENTOS DE ÉTICA E CIDADANIA

CONCEITO DE CIDADANIA

ÉTICA SOCIAL E POLÍTICA

ÉTICA E A MORAL NA CONTEMPORANEIDADE

## **UNIDADE II – ÉTICA PROFISSIONAL**

ÉTICA NO MUNDO DO TRABALHO

PROBLEMAS ÉTICOS NAS PROFISSÕES

CÓDIGO DE ÉTICA DAS PROFISSÕES

ÉTICA EM PROFISSÕES NÃO REGULAMENTADAS

## **UNIDADE III – ÉTICA NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E NA EDUCAÇÃO**

ÉTICA NAS RELAÇÕES HUMANAS

ÉTICA E CIDADANIA NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA

INTOLERÂNCIA, RACISMO E XENOFobia

ENSINO DA ÉTICA NAS INSTITUIÇÕES

## **UNIDADE IV – ÉTICA, REDES SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS**

DIREITOS HUMANOS

AÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

ÉTICA NAS REDES SOCIAIS

EDUCAÇÃO, ÉTICA E CIDADANIA HOJE

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

BRITTO, Stephanie F.; DA SILVA, Sílvia C. **Sociologia e Ética Profissional**. Editora TeleSapiens, 2020.

GUIMARÃES, Ana Lucia. **Ética e Cidadania**. Editora TeleSapiens, 2020.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

MACHADO, Gabriella E. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Editora TeleSapiens, 2019.

MEDINA, Gisele F. C. **Marketing Pessoal e Gestão de Carreira**. Editora TeleSapiens, 2020.

## **PERIÓDICOS**

PIQUEIRA, Mauricio T. **Aspectos Socioantropológicos**. Editora TeleSapiens, 2020.

ZAMADEI, Tamara. **Meio Ambiente e Qualidade de Vida**. Editora TeleSapiens, 2020.

## **APRESENTAÇÃO**

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

## **OBJETIVO GERAL**

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL**

PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD  
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM  
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

### **UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM**

A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS  
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS  
ANÁLISE DE TEXTOS  
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

### **UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM**

O RACIOCÍNIO DEDUTIVO  
O RACIOCÍNIO INDUTIVO  
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO  
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

### **UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD**

INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS  
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?  
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?  
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

## **PERIÓDICOS**

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

## APRESENTAÇÃO

Noções de Direito. Teoria geral do estado. Noções de Direito constitucional. A constituição: organização do estado e dos poderes. Administração pública: Conceitos e princípios constitucionais. Direitos e garantias fundamentais. Noções de Direito Civil. Noções de Direito tributário. Direitos sociais na constituição federal.

## OBJETIVO GERAL

Este conteúdo visa introduzir o estudante ou profissional da área jurídica no Direito, abordando os principais conceitos, fundamentos e princípios teórico-filosóficos.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender os fundamentos do direito, espécies normativas e a diferença entre processo e procedimento.
- Reconhecer o conceito de direito constitucional, classificações e histórico.
- Entender os fundamentos do direito civil, interpretar as determinações legais sobre contratos e analisar determinações legislativas do direito da família e sucessores.
- Interpretar o funcionamento do direito tributário e suas implicações.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO

O DIREITO E SUA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA E A MORAL

CLASSIFICAÇÕES, RAMOS E FONTES DO DIREITO

NORMAS JURÍDICAS, PROCESSOS E PROCEDIMENTO

TEORIA GERAL DO ESTADO

### UNIDADE II – DIREITO CONSTITUCIONAL E A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

A CONSTITUIÇÃO: CONCEITOS, CLASSIFICAÇÕES E HISTÓRICO

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS

A ORGANIZAÇÃO E A SEPARAÇÃO DOS PODERES NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

### UNIDADE III – FUNDAMENTOS DO DIREITO CIVIL

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

BENS E OBRIGAÇÕES

CONTRATOS E DIREITOS DAS COISAS

DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO DAS SUCESSÕES

### UNIDADE IV – PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITOS SOCIAIS

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

A RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA

DIREITOS SOCIAIS

## REFERÊNCIA BÁSICA

DIAS, M. B. **Manual das Sucessões**. 4<sup>a</sup> ed. rev. Atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Saraiva: São Paulo. 33<sup>a</sup> Ed. Rev, 2016.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**: Introdução à problemática científica do direito, tradução de J. Cretello Jr. E Agnes Cretella. 7<sup>a</sup> Edição revisada da tradução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

NADER, P. **Introdução ao estudo do direito**, 23<sup>a</sup> edição revista e atualizada, Rio de Janeiro: Forense, 2003.

## PERIÓDICOS

PAULO, V.; ALEXANDRINO, M. **Direito Constitucional Descomplicado**. São Paulo: Método, 2018.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 321

SABBAG, E. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

4939

Direito Ambiental

60

## APRESENTAÇÃO

Conceitos e princípios básicos do direito ambiental. Relação entre ecologia e meio ambiente. Crise ambiental. Tipos de poluição. Crimes e infrações ambientais. Responsabilidade civil ambiental. Recursos hídricos. Direito ambiental internacional. Direito ambiental no Brasil. Política Nacional do meio ambiente. Tratados e convenções sobre direito ambiental. O meio ambiente e a Constituição Federal. Meio ambiente e normas infralegais. Educação Ambiental. Sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e avanços tecnológicos.

## OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por finalidade nivelar conhecimentos de estudantes e profissionais de direito e de áreas afins acerca dos meandros jurídicos relacionados ao meio ambiente, tanto em nível nacional, quanto no direito internacional.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Estudar o contexto histórico e os avanços presentes no campo do Direito Ambiental.

- Compreender como funciona a Política Nacional do Meio Ambiente.

- Estudar a eficácia das legislações ambientais.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### **UNIDADE I – HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DO DIREITO AMBIENTAL**

BREVE HISTÓRICO ACERCA DO DIREITO AMBIENTAL  
ASPECTOS GERAIS SOBRE O DIREITO AMBIENTAL  
O DIREITO AMBIENTAL SOB O PONTO DE VISTA INTERNACIONAL  
O DIREITO AMBIENTAL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

### **UNIDADE II – POLÍTICAS AMBIENTAIS**

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE  
INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AMBIENTAL  
POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS  
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

### **UNIDADE III – DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL**

TIPOS DE POLUIÇÃO  
IMPACTOS AMBIENTAIS E CRISES NO MEIO AMBIENTE  
CRIMES E INFRAÇÕES AMBIENTAIS  
RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

### **UNIDADE IV – DIREITO AMBIENTAL E OS ASPECTOS EDUCACIONAIS E TECNOLÓGICOS**

A EFICÁCIA DAS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE  
DIREITO AMBIENTAL E TECNOLOGIAS

## REFERÊNCIA BÁSICA

ANTUNES, P. de B. **Direito Ambiental**. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**. Código Civil de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm).

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm).

## PERIÓDICOS

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938compilada.htm)  
TARTUCE, F. **Manual de Direito Civil**. 3 Ed. São Paulo: Editora Método, 2013.

História e Evolução da Gestão Ambiental. Introdução: Principais Conceitos e Definições. Normatização e Legislação Ambiental. Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais. Programas Ambientais. Noções Riscos Ambientais. Esboços de Mapas de Riscos Ambientais. Coleta Seletiva. Prevenção e Proteção dos Riscos Ambientais.

## **OBJETIVO GERAL**

Capacitar o profissional de meio ambiente e ciências afins a lidar com os impactos decorrentes da degradação do ecossistema ambiental, avaliando, relatando e documentando esses impactos.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- **Estudar os fundamentos e surgimento da gestão ambiental;**
- **Compreender como funciona o desenvolvimento sustentável;**
- **Compreender como funciona os planos e programas ambientais.**

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **UNIDADE I – GESTÃO AMBIENTAL E A NORMA ISO-14001**

FUNDAMENTOS DA GESTÃO AMBIENTAL  
RISCOS E ACIDENTES AMBIENTAIS  
SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL  
NORMA ISO 14001:2004

### **UNIDADE II – SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

HISTÓRICO E CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
SUSTENTABILIDADE  
PLANEJAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE  
RESPONSABILIDADE SOCIAL

### **UNIDADE III – IMPACTO AMBIENTAL**

LEVANTAMENTO DOS ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS (LAIA)  
CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS  
LICENCIAMENTO AMBIENTAL  
ESTUDOS E RELATÓRIOS DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA/RIMA)

### **UNIDADE IV – PLANOS, PROGRAMAS E GERENCIAMENTO AMBIENTAL**

PLANOS E PROGRAMAS DE EMERGÊNCIA AMBIENTAL  
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS  
GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS  
CONTROLES AMBIENTAIS

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

GOMES, Rosivany A; GUEDES, Danyelle G.; PINTO, Gisele A. CARDOSO, Izadora Soares. **Gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais.** Recife: Telesapiens, 2021

ACHADO, Gabriella Eldereti. **Meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade.** Recife: Telesapiens, 2020.

MACIEL, África Oliveira Santos. **Ecologia e limnologia.** Recife: Telesapiens, 2022.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

BORTOLOTI, Karen Fernanda da Silva. **Direito agroambiental.** Recife: Telesapiens, 2023.

FERREIRA, Ednilson Marques.; SILVA, Maryella Junnia Ferreira e. **Sistema de gestão, auditoria e perícia ambiental.** Recife: Telesapiens, 2022.

SARZEDAS, Carolina Galvão. **Gestão ambiental.** Recife: TeleSapiens, 2021.

## **PERIÓDICOS**

VALENZA, Giovanna Mazzarro.; BARBOSA, Thalyta Mabel N. Barbosa. **Introdução à EAD.** Recife: Telesapiens, 2022.

VALLE, Paulo Heraldo Costa do. **Bioética e biossegurança.** Recife: Telesapiens, 2021.

4940

**Gestão Ambiental**

60

## **APRESENTAÇÃO**

Licenciamento ambiental como instrumento da Política Ambiental. Licença e autorização. Competência para licenciar. Atividades a serem licenciadas. As etapas do licenciamento ambiental.

## **OBJETIVO GERAL**

Esta disciplina tem por finalidade gerar competências e habilidades gerenciais na área de gestão ambiental, abordando os principais procedimentos, documentação e métodos de redução de impactos ambientais, entre outros aspectos relacionados à profissão.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- **Estudar as definições e os tipos de licenciamento ambiental;**
- **Compreender a legislação ambiental em vigor no Brasil;**
- **Estudar o conceito de Gestão Ambiental.**

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

DEFINIÇÕES E TIPOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS

PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS

CONDICIONANTES E PRAZOS DE VALIDADE

IMPORTÂNCIA DO LICENCIAMENTO

### UNIDADE II – LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL

INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

CONFERÊNCIAS SOBRE O MEIO AMBIENTE

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### UNIDADE III – TÉCNICAS E FERRAMENTAS DE GESTÃO AMBIENTAL

GESTÃO AMBIENTAL

FERRAMENTAS DA GESTÃO AMBIENTAL

NORMA ISO14000

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

### UNIDADE IV – CONTROLE DE IMPACTOS AMBIENTAIS

AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA)

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL EIA/RIMA

CONTROLE AMBIENTAL E MEDIDAS DE PREVENÇÃO

PLANOS DE GESTÃO AMBIENTAL

## REFERÊNCIA BÁSICA

ARAÚJO, Gustavo H. de S. **Gestão Ambiental de Áreas Degradas**. Bertrand, 2005.

CAMPOS, V. F. **TQC: Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)**. 4ª edição. Belo Horizonte, Fundação Cristiano Ottoni, Escola de Engenharia da UFMG.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ERKMAN, S.; FRANCIS, C.; RAMESH, R. **Ecologia industrial: uma agenda para a evolução no longo prazo do sistema industrial**. São Paulo, Instituto Pólis, 2005.

PINTO, Abel. **ISO14001/2015: Gestão Ambiental - Guia Prático**. Editora Lidel, 2018.

## PERIÓDICOS

SÁNCHEZ, L.E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

5000

Legislação Aplicada à Agrimensura

60

## APRESENTAÇÃO

Estudos fundamentais de direito, constituição da República federativa do Brasil: Bens da União e Meio Ambiente. Código Civil: Da Propriedade. Estatuto da Terra: Definições. Conceitos de bens, posse, propriedade. Certificação de imóveis rurais: Lei 10.267/01, decreto 4.449/02, decreto 5.570/05, Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais e normativas em gestão. Estatuto das Cidades:

Diretrizes gerais, dos instrumentos da política urbana, do plano diretor, da gestão democrática da cidade e disposições gerais.

## **OBJETIVO GERAL**

Os profissionais de agrimensura e cartografia devem ter conhecimento sobre as Leis de Direito e a Legislação aplicada ao mapeamento e normas técnicas inerentes à atuação em sua área, para assim visualizarem os aspectos da legislação social e territorial brasileira, importantes para a formação do Agrimensor e do Cartógrafo. Ao concluir os estudos, eles estarão aptos a determinar o procedimento técnico a ser aplicado, considerando a legislação específica da área de agrimensura, sendo possível apresentar e discutir conceitos referentes a aspectos da legislação relacionada ao direito civil, urbanístico, agrário e ambiental. Os profissionais de agrimensura e cartografia devem ter conhecimento sobre as Leis de Direito e a Legislação aplicada ao mapeamento e normas técnicas inerentes à atuação em sua área, para assim visualizarem os aspectos da legislação social e territorial brasileira, importantes para a formação do Agrimensor e do Cartógrafo. Ao concluir os estudos, eles estarão aptos a determinar o procedimento técnico a ser aplicado, considerando a legislação específica da área de agrimensura, sendo possível apresentar e discutir conceitos referentes a aspectos da legislação relacionada ao direito civil, urbanístico, agrário e ambiental.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Compreender a Legislação Federal relacionada à propriedade do solo.
- Discernir sobre as formas de aquisição, posse, conservação e perda da propriedade.
- Aplicar a certificação de imóveis rurais: Lei 10.267/01, decreto 4.449/02, decreto 5.570/05.
- Analisar o plano diretor, gestão democrática da cidade e disposições gerais da gestão democrática das cidades.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **UNIDADE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO**

NOÇÕES DE DIREITO

DIREITO CIVIL E O DIREITO DAS COISAS

DIREITO URBANÍSTICO

DIREITO AMBIENTAL

### **UNIDADE II – LEGISLAÇÃO E NORMAS JURÍDICAS BRASILEIRAS**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O CÓDIGO CIVIL

CÓDIGO CIVIL DA PROPRIEDADE

A PROPRIEDADE DO SOLO

AQUISIÇÃO, POSSE, CONSERVAÇÃO E PERDA DA PROPRIEDADE

### **UNIDADE III – ESTATUTO DA TERRA**

DEFINIÇÕES DO ESTATUTO DA TERRA

CONCEITOS DE BENS, POSSE E PROPRIEDADE

CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS

NORMA TÉCNICA DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

### **UNIDADE IV – ESTATUTO DAS CIDADES**

EVOLUÇÃO DO REGISTRO DE PROPRIEDADE DE IMÓVEIS NO BRASIL

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

DIRETRIZES GERAIS DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA

PLANO DIRETOR E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES

## REFERÊNCIA BÁSICA

ALVIM, A. **Comentários ao Código Civil brasileiro**, volume XI, tomo, I: Livro introdutório ao Direito das Coisas e o Direito Civil. – Rio de Janeiro: Forense, 2009.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Decreto 4.449/02, 30 de outubro de 2002. **Regulamenta a Lei 10.267/01**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 out. 2002.

BRASIL. Decreto 5.570/05, 31 de outubro de 2005. **Dá nova redação a dispositivos do Decreto 4.449/02**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 nov. 2005.

## PERIÓDICOS

MDA. 2ª edição da Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais. **Aplica a lei 10.267/01 e o decreto 4.449/02**. Brasília, DF, fev. 2010.

NASCIMENTO, A.M. e PINHO, R.R. **Instituições de Direito Público e Privado**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

4847

Pensamento Científico

60

## APRESENTAÇÃO

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

## OBJETIVO GERAL

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO

A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

# DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

## UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO

A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO

RESUMO

FICHAMENTO

RESENHA

## UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA

COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?

COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?

QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?

COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

## UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT

TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO

NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

## REFERÊNCIA BÁSICA

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

## PERIÓDICOS

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

4872

Trabalho de Conclusão de Curso

80

## APRESENTAÇÃO

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema de saúde; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.

## OBJETIVO GERAL

Construir conhecimentos críticos reflexivos no desenvolvimento de atitudes e habilidades na elaboração do trabalho de conclusão de curso.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Revisar construindo as etapas que formam o TCC: artigo científico.
- Capacitar para o desenvolvimento do raciocínio lógico a realização da pesquisa a partir do projeto de pesquisa elaborado.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A Pesquisa Científica;

Estrutura geral das diversas formas de apresentação da pesquisa;

Estrutura do artigo segundo as normas específicas;

A normalização das Referências e citações.

## REFERÊNCIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo, resenha e recensão - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em:

<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93>. Acesso em 04 jul. 2018.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

## PERIÓDICOS

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em:  
<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93>. Acesso em 04 jul. 2018.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

## SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Os profissionais que se relacionam diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito Ambiental, desenvolvendo a ciência jurídica e interação com a sociedade, desenvolverá habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área ambiental, considerando os aspectos constitucionais e infraconstitucionais da legislação. Além disso, estará apto para atuar em consultorias e assessorias ambientais e urbanísticas especializadas, nas áreas cível, administrativa e penal, em processos administrativos e judiciais, habilitando-o também a ministrar aulas e palestras em empresas, organizações e cursos superiores.